

CARTA PÚBLICA SOBRE A CONDUTA RACISTA DO PROCURADOR DE JUSTIÇA DO PARÁ

Nós, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, chamamos mais uma vez a atenção de toda a sociedade para denunciar práticas racistas que seguem impunes no Brasil. Neste momento destacamos o racismo por parte de representantes de instituições do Sistema de Justiça.

Em 26 de novembro de 2019 foram levadas a público as declarações racistas feitas pelo Procurador de Justiça Ricardo Albuquerque da Silva durante palestra em faculdade privada em Belém. “Eu não acho que nós tenhamos dívida nenhuma com quilombolas. Nenhum de nós aqui tem navio negreiro” afirmou diante de professores e estudantes em debate sobre políticas de cotas raciais em universidades e concursos públicos. Além do racismo à população negra evidente em seus discursos, o Procurador – que à época ocupava também o cargo de Ouvidor Geral do MPPA – ainda se dirigiu aos povos indígenas afirmando que “escravidão, aqui no Brasil, foi porque o índio não gosta de trabalhar, até hoje”. Em sua fala, além de normalizar o sistema escravocrata no país, Ricardo Albuquerque da Silva ainda culpa os povos indígenas pela escravidão dos negros no Brasil.

O Procurador foi denunciado por organizações de direitos humanos e movimento quilombola no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para que medidas disciplinares fossem aplicadas. Em resposta, o Procurador argumentou que se tratava apenas de um debate acadêmico e que por sua índole profissional não deveria ser punido. Se faz necessário que a sociedade civil se mobilize para denunciar as práticas racistas realizadas por representantes do sistema de justiça.

É importante que a população saiba que somente após 2014, com a promulgação da Lei nº 12.990, que cotas raciais foram estabelecidas para todas as esferas do Poder Público, e que o Ministério Público regulamentou reservas de vagas para pessoas negras somente em 2017. O próprio CNMP concluía que a população negra era minoria nos quadros da instituição.

O Sistema de Justiça reflete as desigualdades raciais, segundo pesquisa do Conselho Nacional de Justiça. No censo da magistratura brasileira de 2018, a maioria dos entrevistados se declarou branca (80,3%), apenas 18% negra (16,5% pardas e 1,6% pretas) e 1,6% de origem asiática. Ou seja, juízes e procuradores continuam sendo de grande maioria branca.

Nesse momento que atravessamos uma crise política, econômica social, em que manifestações antirracistas se mobilizam no mundo inteiro, aqui no Brasil o quadro de desigualdade produzidas pelo racismo estrutural produz seus reflexos e os órgãos do sistema de justiça são cada vez mais chamados para defesa dos direitos humanos das populações vulneráveis desse país. É extremamente importante que o sistema de justiça tenha uma postura assídua na perspectiva de combater as formas de racismo principalmente nas estruturas.

Exigimos que o Conselho Nacional do Ministério Público, no julgamento de 18 de agosto, tome medidas efetivas e em respeito aos Direitos Humanos como objetivos do Conselho no julgamento da Reclamação Disciplinar contra o Procurador Ricardo Albuquerque do MPPA.

Aliança LGBTQI+

Associação de Advogados e Advogadas de Trabalhadores Rurais - AATR

Articulação Psicólogos(os) Negras (os) e Pesquisadores - ANPSINEP

Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN

Centro de Estudo e de Defesa do Negro do Pará - CEDENPA

Coletivo Margarida Alves

Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ

Coordenação das Comunidades Quilombolas do Amapá

Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM)

Federação das Organizações Quilombolas de Santarém - FOQS

Grupo de Mulheres Brasileiras - GMB

Grupo de Mulheres Quilombolas Na Raça e na Cor

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Malungu - Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará

Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Rede Nacional de Advogados e Advogadas Quilombolas - RENAAQ

Terra de Direitos